



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO
PÚBLICA



Géssica Almeida dos Santos

**A permanência na Educação Superior de estudantes beneficiados
pelo Programa de Apoio aos Estudantes – PAE, do município de
Santa Teresinha – BA**

Cachoeira
2022

Géssica Almeida dos Santos

A permanência na Educação Superior de estudantes beneficiados pelo Programa de Apoio aos Estudantes – PAE, do município de Santa Teresinha – BA

Monografia apresentada ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a(a). Dr. Lys Maria Vinhaes Dantas

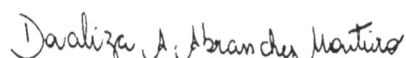
Cachoeira
2022

GÉSSICA ALMEIDA DOS SANTOS

A permanência na Educação Superior de estudantes beneficiados pelo Programa de Apoio aos Estudantes – PAE, do município de Santa Teresinha – BA

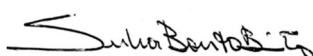
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão Pública.

Aprovada em 04 de agosto de 2022



Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Siélia Barreto Brito

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Lys Maria Vinhaes Dantas

Professora orientadora
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SANTOS, Gessica Almeida dos. **A permanencia na Educaçao Superior de estudantes beneficiados pelo Programa de Apoio aos Estudantes – PAE, do município de Santa Teresinha – BA.** 45 páginas, 2022. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2022

RESUMO

A permanencia de jovens oriundos de cidades pequenas do interior do Brasil na universidade pública  uma problemática bastante debatida na educaao superior, visto que  a permanencia que irá garantir a conclusão de curso e, conseqüentemente, a graduaao dos estudantes. Em especial, quando esses jovens têm baixa renda, dificuldade de deslocamento e de mobilidade, já que as instituioes de ensino superior não se localizam em suas cidades, são vários os problemas que podem afetar sua permanencia. Através da demanda de apoio, irão surgir as políticas de assistencia estudantil e políticas de permanencia, com o objetivo de dar um suporte para esses estudantes, para não evasão e, conseqüentemente, a conclusão de seus cursos. Em poucos casos, essas políticas são municipais. Deste modo, o presente estudo tem como objetivo fazer uma análise da política municipal de assistencia estudantil (na tica de seus beneficiários), o Programa de Apoio aos Estudantes– PAE, do município de Santa Teresinha – BA, buscando identificar os efeitos que a mesma gera na permanencia dos estudantes, no ensino superior. A coleta de dados foi feita através de um questionário disponibilizado para os estudantes e egressos do PAE, com perguntas voltadas para o objetivo principal do estudo. Por fim, analisamos os dados obtidos no questionário e identificamos que o Programa gera efeitos positivos e significativos na trajetória acadêmica de seus beneficiários, como: favorecimento do ingresso e da permanencia dos estudantes no ensino superior, o que leva  conclusão dos mesmos em seus cursos de graduaao.

Palavras-chave: Assistencia estudantil, permanencia, política pública, universidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Idade em anos dos respondentes da Pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA ..	29
Figura 2: Autodeclaração de raça dos respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA.....	29
Figura 3: Residência rural x urbana dos respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA.....	30
Figura 4: Renda mensal familiar dos respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA.....	30
Figura 5: Tipos de trabalhos aos quais se vincularam os respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA	31
Figura 6: Custo mensal declarado dos respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA.....	32
Figura 7: Relação entre as questões financeiras e a trajetória de respondentes beneficiários do PAE, Santa Teresinha-BA	33
Figura 8: Relação entre as questões financeiras e a trajetória de respondentes egressos do PAE, Santa Teresinha-BA	33
Figura 9: Percepção dos respondentes sobre a estrutura da elaboração e lei do PAE, Santa Teresinha - Ba.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modelo de Análise e Operacional da pesquisa sobre o PAE – Santa Teresinha-BA, 2022	23
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IES – Instituição de Ensino Superior

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PAE – Programa de Apoio aos Estudantes

PME – Plano Municipal de Educação

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PP – Política Pública

MEC – Ministério da Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DESAFIOS PARA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR	12
2.1 Permanência: conceitos e caracterização	13
3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA	16
3.1 Políticas Públicas: o que são e qual o seu papel?.....	16
3.2 Políticas públicas de assistência estudantil	17
3.3 Políticas municipais de assistência estudantil	19
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
4.2 População e amostra.....	22
4.3 Modelo de análise	22
4.4 Instrumento de coleta de dados	22
5. PROGRAMA DE APOIO AOS ESTUDANTES	24
5.1 Lei nº 207/2015	24
5.2 Lei nº 270/2018	25
6. CONHECENDO OS BENEFICIÁRIOS E EGRESSOS DO PAE	29
6.1 Perfil Socioeconômico	29
6.2 Perfil Educacional	31
7. O PAE E SEUS EFEITOS PARA A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR ...	35
8. CONCLUSÕES	39
9. REFERÊNCIAS.....	40
Apêndice 01: Questionário aplicado aos beneficiários (atuais e egressos) do PAE.....	42

1. INTRODUÇÃO

O ingresso dos estudantes do ensino médio no ensino superior se torna, na maioria das vezes, um processo desafiador para os jovens brasileiros. Os estudantes do ensino médio, que desejam ingressar na universidade, começam a se questionar e pensar na sua relação com o ensino superior, quando estão prestes a concluir sua formação. Neste processo de preparação, pensamentos como: “agora sou eu e a universidade”, “como vou me preparar para estudar para o ENEM?”, “Em qual curso eu me encaixo?”, são questionamentos e indagações comuns para que se encontre uma resposta mais adiante. Iremos tratar aqui, mais especificamente, dos jovens que saem do ensino médio para ingressar nas universidades públicas.

A permanência na universidade para os jovens de cidades pequenas do interior do país é um de seus maiores desafios, quando se tem que transportar-se da sua cidade de origem para outra, onde fica localizado seu campus, pois as responsabilidades vão além do espaço da universidade. É um espaço novo para morar, alimentação, contas, utensílios pessoais, que pesam na trajetória dos universitários.

Grignon e Gruel (1999 apud ZAGO, 2006) apontam estudos que traçam um quadro bastante detalhado de vários aspectos de condição do estudante: financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer. (SANTOS, 2006, p. 78)

A entrada na universidade já é considerada uma conquista enorme para os estudantes, porém, para aqueles que são dependentes de suas famílias que, na maioria das vezes, possuem baixa renda, e, conseqüentemente, não possuem estrutura financeira para conseguir mantê-los em outro espaço, que não seja dentro da própria casa, é um grande desafio.

Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas. (ZAGO, 2006, p. 233)

Desse modo, é de grande importância que esses alunos tenham apoio e suporte, não só no ensino fundamental e no ensino médio, mas também no ensino superior. O sonho de cada um não é só ingressar nas universidades, e sim, conseguir permanecer nelas até o final de seu curso, para após sua formação, entrar no mercado de trabalho e pôr em prática tudo que lhe foi ensinado, conforme sua área de profissionalização.

Para estas questões vemos no Brasil algumas políticas públicas de permanência e políticas de assistência estudantil, que são implementadas com o intuito de auxiliar os estudantes, nesse período de formação acadêmica. Aliás, é preciso que haja ampliação do ensino público em todos seus níveis, como afirma Zago (2006):

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino. (ZAGO, 2006, p. 228).

Além das políticas públicas de permanência já existentes nas universidades públicas, alguns municípios, que não possuem um campus alocado em seus territórios, também criam políticas com o mesmo intuito, para que seus cidadãos-estudantes consigam se manter em outro espaço. **Buscando analisar os efeitos dessas políticas municipais de assistência estudantil, trabalhamos a política de Santa Teresinha – Bahia, que fornece um auxílio financeiro para auxiliar a permanência dos estudantes universitários do município, o Programa de Apoio aos Estudantes – PAE.**

No referido município, a Lei nº 207/2015, de 09 de março de 2015, cria o Programa de Apoio aos Estudantes - PAE – Projeto Futuro Doutor e dá outras providências. Pelo seu Art. 1º,

O programa de Apoio aos Estudantes, de caráter educacional e social, tem por objetivo conceder auxílios financeiros a alunos universitários cuja renda familiar bruta seja de até 02 (DOIS) salários mínimos nacional, regularmente matriculados em Instituições Públicas de Ensino Superior (IES), com funcionamento autorizado pelo Ministério da Educação (MEC) e devidamente cadastrado nos termos da Lei.

Esta política de assistência estudantil fornece um auxílio financeiro para os estudantes universitários do município, em estado de vulnerabilidade socioeconômica; além de fornecer um cursinho preparatório para os estudantes do ensino médio que iriam realizar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, com professores de Ciências Humanas, Ciências Exatas e Redação.

Após três anos de existência, a Lei 207/2015 passou por algumas modificações e então foi reformulada, surgindo assim a Lei nº 270/2018. Esta que está em vigor nos dias atuais e que é foco da presente investigação. Ela dispõe sobre a criação do Programa de Apoio aos Estudantes – PAE – e dá outras Providências. Pelo seu Art. 1º,

Fica instituído o Projeto Municipal de Auxílio Permanência aos estudantes de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas do Estado da Bahia, que será regido pelos princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos estabelecidos nesta Lei.

A política municipal foi estabelecida como forma de apoio aos estudantes santateresinhenses que ingressam nas Universidades Públicas da Bahia e se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Pelo Art. 5º,

O Auxílio Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de Graduação das Universidades Públicas no Estado da Bahia, em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Fizemos uma comparação da Lei nº 270/2018 com aquela que iniciou o Programa (Lei nº 207/2015), mas, o foco principal do estudo é realizar uma pesquisa com os beneficiários egressos e ingressantes do Programa, para analisarmos os efeitos que ele proporcionou e proporciona para os mesmos. A pesquisa tem como intuito contribuir com a análise de uma das poucas políticas municipais de assistência estudantil existentes na Bahia, instituída pelo município de Santa Teresinha – BA, e usar o senso crítico para que, através dos resultados obtidos, consigamos entender como ela age na permanência de seus beneficiários. Além do mais, uma política de assistência estudantil municipal, que perdura há quase 07 anos, dispõe de muita história.

Os objetivos específicos do estudo são: identificar e analisar o perfil dos atuais e ex beneficiários do PAE; investigar que percepção os beneficiários têm do PAE; investigar, na perspectiva dos beneficiários, os efeitos que eles entendem que, para cada um deles, são decorrentes da participação do PAE e por fim, identificar as mudanças ocorridas na lei do PAE.

O estudo foi iniciado com a identificação dos beneficiários do Programa, através da Secretaria Municipal de Administração, responsável pelos dados dos estudantes. Após a identificação, os convidamos para participar do trabalho e, depois da aceitação dos mesmos, fizemos a coleta de dados através de um questionário. Ao final, seguinte da análise dos dados obtidos, respondemos à pergunta de pesquisa do estudo, esta que é: **na ótica dos beneficiários, que efeitos o PAE lhes proporcionou e proporciona com relação à permanência universitária, considerando suas trajetórias acadêmicas?**

Ressalto que sou beneficiária do PAE e para mim é de extrema importância investigar uma política pública municipal em que faço parte, onde posso trocar ideias com outros beneficiários sobre o Programa, claro, sem interferir no pensamento do colega e atendendo ao objetivo principal da pesquisa; além de trocar opiniões com relação às políticas de assistência estudantil e políticas de permanência.

Neste trabalho, os primeiros capítulos abordam os desafios da permanência na universidade pública, juntamente com as abordagens conceituais das políticas públicas, políticas de assistência estudantil e políticas de permanência. Em seguida destaquei algumas políticas públicas municipais, focando na principal política que o estudo está voltado, que é o Programa de Apoio aos Estudantes – PAE. Após a apresentação da mesma, foi apresentado o perfil de seus beneficiários e egressos, e por fim, após a análise dos resultados obtidos, identificamos alguns efeitos gerados pelo Programa, na trajetória e permanência acadêmica dos estudantes.

2. DESAFIOS PARA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

O acesso ao ensino superior é um desejo de milhares de jovens brasileiros, estudantes do ensino público, que sonham com a tão esperada entrada na universidade. Entretanto, só o acesso não é suficiente para que os mesmos entrem e deem continuidade e conclusão ao curso escolhido. A permanência também é um dos pontos principais para concluir a graduação.

Boa parte dos jovens estudantes do ensino público, que residem no interior do país ou em cidades pequenas, estão acostumados a viver numa bolha; esta que é morar em sua cidade de origem e ser dependente de seus pais ou responsáveis, visto que uma grande parte deles entra na maioria durante essa transição do ensino médio para o ensino superior. Com isso, a educação superior irá ocasionar novas vivências tanto na vida pessoal, quanto na vida acadêmica dos mesmos.

Quando você passa para uma universidade e seu campus não está localizado no lugar que mora, automaticamente vai se quebrando uma bolha que já estava acostumado, porque irá encontrar uma realidade totalmente diferente. Morar em outra cidade requer gastos na alimentação; moradia; contas de água e luz; utensílios pessoais; além dos gastos necessários para o estudo, xerox de textos; livros; computador ou notebook para realizar as atividades acadêmicas; internet... E toda essa demanda por financiamento sobrecarrega em seus pais ou responsáveis, quando os jovens não trabalham. Os responsáveis, além de financiar sua própria casa, terão que financiar seus filhos em outro espaço, problemática que se torna difícil para quem não tem condições financeiras (famílias de baixa renda), para dar esse suporte ao estudante. É neste contexto que irá surgir a assistência estudantil.

Apesar de a assistência estudantil ter aproximações conceituais com esse campo, esta remete, principalmente, às políticas que visam oferecer condições para a manutenção de estudantes em seus percursos formativos nas universidades. Obviamente, as ações de apoio aos estudantes devem estar associadas às finalidades acadêmicas e de formação humana, de modo que não estejam restritas unicamente ao apoio material, por exemplo. (CUNHA, 2017, p. 48)

Por esses e outros motivos é importante dialogarmos e debatermos que não só o acesso ao ensino superior é um processo turbulento, mas, a permanência no mesmo também. Sendo assim, uma alternativa para essa permanência dos estudantes nas universidades são as políticas de assistência estudantil e permanência.

Diante disso, entendemos que a permanência possui condicionantes externos e internos inerentes ao contexto do estudante. Maciel, Silva e Veloso ponderam: “cumprir assinalar o

entendimento expresso em documentos nacionais de que a permanência do estudante na Educação Superior associa-se a investimentos na assistência estudantil”. Logo, as políticas de permanência demandam grandes investimentos na área de seguridade social. (Maciel, Silva e Veloso, apud MACIEL, LIMA e GIMENEZ2016, p. 774)

2.1 Permanência: conceitos e caracterização

Além do acesso ao ensino superior, a permanência nele é uma demanda bastante debatida no mundo acadêmico. Não basta só adentrar no espaço da universidade, é preciso também permanecer no ambiente, para concluir o curso escolhido. Mesmo com alguns avanços no que diz respeito à educação no ensino superior, vemos que as questões sociais e econômicas ainda afetam os estudantes, como destacam Gisi e Pegorini:

Embora em termos da legislação observem-se avanços relacionados à ampliação do acesso à educação superior e tenha-se assegurado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) a educação como um direito de todos, o que também é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), ainda assim o acesso é privilégio daqueles que têm melhores condições econômicas. (GISI e PEGORINI, 2016, p. 24)

A permanência dos estudantes nas universidades implica em custos necessários para que os mesmos consigam ter uma boa estrutura nos seus estudos, juntamente com uma estrutura de vida, quando se tem que sair do comodismo de morar junto dos pais, para ir morar sozinho em outro espaço/município. Por estas variáveis, Imperatori (2016) irá destacar as questões socioeconômicas:

A questão socioeconômica tem impacto direto na continuidade dos estudos. Nesse sentido, é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional (Vasconcelos, 2010). Isso porque, nos termos de Felicetti e Morosini (2009, p. 11), “questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior. (IMPERATORI, 2016, p. 290)

Vale destacar que não só as questões socioeconômicas impactam esta permanência. O apoio do local de estudo; o diálogo com seus professores e coordenadores de curso e a adaptação com o espaço universitário como um todo, são fatores que também estão presentes nesta trajetória de ingresso, permanência e conclusão dos estudantes.

A permanência estudantil em si tem um caminho amplo que engloba vários fatores no que diz respeito à permanência universitária. Santos (2009) destaca três dimensões de

permanência: a permanência enquanto duração; a simultaneidade na permanência e a sucessão ou pós-permanência.

A primeira dimensão irá tratar da questão do tempo que os estudantes usam durante seu curso,

Permanência enquanto duração (tempo) – Esta dimensão está associada à duração do estudante no tempo do curso. Observaremos isso mais cuidadosamente no item permanência material, mas faz-se importante pontuar que durante o curso o estudante poderá contar com algum tipo de benefício (bolsa de programa de permanência, bolsas de pesquisa e extensão) e neste caso, ter a oportunidade de manter-se somente e vivenciando a universidade em sua plenitude ou, numa outra situação este estudante poderá permanecer o tempo do curso, mas com pouca participação na vida acadêmica por conta da necessidade de trabalhar para garantir seu sustento e a própria permanência na Universidade. (SANTOS,2009, p. 69)

A segunda dimensão trata da questão dos estudantes universitários servindo de espelho para outros jovens que pensam ou sonham em estar no mesmo lugar; se dá através da influência,

Simultaneidade na permanência – Esta dimensão torna-se muito interessante, à medida em que observamos o papel que não só a política de cotas tem para a entrada destes estudantes na universidade, mas também o papel que estes estudantes passam a desempenhar enquanto referência para outros jovens. Ao ingressar na universidade a trajetória deste jovem passa a ser “reconhecida” na sua comunidade familiar ou de moradia como um “caminho possível” e isto influencia positivamente outros jovens a almejem o ingresso na Universidade. Há aqui uma simultaneidade da permanência, vez que “eu existo no outro” que também ingressou em um curso superior. (SANTOS, 2009, p. 70)

A terceira e última dimensão vai tratar da pós-permanência, ou seja, da sucessão dos estudos universitários, que engloba a pós-graduação, o mestrado e o doutorado,

Sucessão ou Pós permanência – Esta última dimensão, diz respeito às possibilidades de permanência em outros graus acadêmicos. Assim, se a dimensão temporal do indivíduo tiver qualidade, ou seja, se ele conseguir concluir o curso podendo viver inteiramente a universidade, existem chances de uma pós permanência através dos cursos de pós-graduação lato sensu, ou de forma mais ampla nos cursos de mestrado e doutorado. (SANTOS, 2009, p. 70)

Outro tipo de permanência destacada por Santos (2009), e muito presente na trajetória dos estudantes, é a permanência material. A permanência material vai tratar das condições necessárias precisas para ter bons estudos. Estas condições englobam os custos que os estudantes terão que custear para se manter bem nos estudos (materiais didáticos e eletrônicos), além do custeio para se manter no espaço da universidade, como moradia e alimentação,

Segundo Marx e Engels o primeiro fato histórico é a produção dos meios que permitam a satisfação das necessidades primárias. A produção da vida material é, portanto, um fato histórico e deve ser cumprida cotidianamente, conquanto é condição essencial da existência. Tal pressuposto é também aplicado à existência na Universidade. Embora o verbo Permanecer (por ser intransitivo) não peça um complemento, o ato de permanecer estudando precisa de um complemento material que pode ser definido nas condições de subsistência. (SANTOS, 2009, p. 71)

Entendemos que o desafio da Permanência Material do estudante na Universidade sobretudo na Instituição pública em que as lacunas infra-estruturais obrigam os estudantes a comprarem até mesmo parte dos equipamentos e materiais didáticos e operacionais- é algo que se põe a todo corpo discente, marcadamente àquele mais pobre, sobretudo, no caso dos cursos em que se requerem a compra de equipamentos de alto custo (Odontologia, Medicina, Direito) além da dedicação exclusiva. (SANTOS, 2009, p. 71)

Outro tipo de permanência presente da trajetória acadêmica dos universitários é a permanência simbólica. A permanência simbólica irá trabalhar a inclusão, a identificação e o reconhecimento dos estudantes, no que diz respeito ao espaço da universidade.

Na perspectiva de Santos (2009, p. 159), permanecer simbolicamente requer “constância do indivíduo no ensino superior que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário”. A permanência simbólica perpassa por uma efetiva integração a todos os aspectos da vida acadêmica, transcendendo a inclusão quantitativa. Todavia, essa distinção entre simbólico e material foi feita apenas para efeito de análise, uma vez que são dimensões que caminham juntas e estão interligadas. (Santos, 2009 apud GANAM e PINEZI, 2021, p. 11)

Contudo, a permanência a ser estudada na pesquisa, que estará juntamente com o modelo de análise, diz respeito à permanência material e simbólica dos universitários. Analisaremos se estas estão presentes na trajetória dos estudantes e, por fim, através das ideias discutidas, iremos discutir sobre as políticas públicas e apoio à permanência.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA

A política pública caminha por várias áreas, educação; saúde; cultura; transporte; aliás, é através da mesma que o Estado tem o poder de implementar ações+ e programas sociais, para responder à demanda do povo ou de um determinado grupo. Nesta perspectiva, a política de permanência também é considerada uma política pública.

3.1 Políticas Públicas: o que são e qual o seu papel?

É muito comum ouvirmos falar o termo “políticas públicas”. Mas, o que é política pública? O que ela faz? Porque ela surgiu na sociedade? Não há uma definição consensual da mesma, mas iremos visualizar alguns conceitos adotados por alguns autores.

De acordo com Silva (2009) uma política pública deve pelo menos ter um fluxo de informações em relação a um objetivo que visa atender as necessidades da sociedade. O poder público procura antecipar necessidades ao planejar e implementar ações que criem condições estruturais de desenvolvimento socioeconômico de um país. (CARVALHO, BARBOSA e SOARES, 2010, p. 03)

Já Derani (2005, p. 19) considera que:

A política pública é um fenômeno oriundo de um determinado estágio de desenvolvimento da sociedade. É fruto de um Estado complexo que passa a exercer uma interferência direta na construção e reorientação dos comportamentos sociais. O Estado passa para além do seu papel de polícia e ganha uma dinâmica participativa na vida social, moldando o próprio quadro social por uma participação distinguida pelo poder de impor e pela coerção.

Em síntese, os autores destacam a política pública como um instrumento do Estado, que surge com o intuito de atender os problemas sociais e econômicos de determinado grupo ou sociedade, através da implementação de programas/projetos sociais, que visam atender as demandas de seu público alvo ou coletividade, conforme sua problemática. É nesse contexto que o trabalho ora apresentado se enquadra no âmbito das políticas públicas; a política de assistência estudantil.

Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. (SOUZA, 2006, p. 28)

Neste contexto podemos classificar as políticas de assistência estudantil como políticas redistributivas, tendo em vista que as mesmas englobam as ações realizadas através de uma determinada distribuição de renda (feita através da política pública demandada), em forma de financiamento para determinados grupos (beneficiários da política), que possuem uma vulnerabilidade e por isso, necessitam de um apoio ou suporte do Estado.

Ressalto que a estrutura de uma política pública precisa ser implementada, concluída e analisada/avaliada. As políticas públicas podem e devem atuar em várias áreas (educação, saúde, cultura...)

Pesquisar uma Política Pública (PP) requer ir além de seus aspectos técnicos. Requer compreender que sua complexidade é efeito/produto de concepções e fundamentos, envolvendo sua recepção (no sentido de leitura), sua execução e, especialmente, seus efeitos. Entram em cena, portanto, questões como: quem define quais são as problemáticas a serem solucionadas (Frey, 2000); quais os pressupostos e teorias de sociedade que definem os problemas e soluções (Martins, 2001); há ou não a participação da população-alvo na elaboração dessas problemáticas e soluções (Sposito, 2008; Telles, 1998); as influências de agências financiadoras internacionais e outras instituições (Moraes, 2002); assim como o processo de homogeneização das demandas sociais (Martins, 2001). (MACHADO e SOUZA, 2016, p. 479)

3.2 Políticas públicas de assistência estudantil

As políticas de assistência estudantil têm como objetivo auxiliar os estudantes que se encontram em vulnerabilidade e necessitam de um suporte ou apoio, para que os mesmos consigam se manter na universidade, até sua conclusão.

A assistência estudantil surge com o intuito de dar um suporte para os jovens estudantes que se encontram em vulnerabilidade social, além de fortalecer a diversidade. É a partir dessa assistência, oriunda das políticas e programas sociais, que os estudantes conseguem apoio para aliviar sua problemática.

Historicamente, de acordo com Imperatori (2016), o governo Getúlio Vargas trouxe para nossa realidade políticas públicas e sociais, na área da educação, mais especificamente no ensino superior, implementando políticas de bolsas de estudos para os jovens brasileiros de famílias de baixa renda, que saem do ensino médio com o sonho de ingressar na universidade, mas que muitas vezes não tem auxílio ou portas abertas para conseguir este ingresso.

O governo Getúlio Vargas foi um marco nas políticas sociais e passou a reconhecer a educação como um direito público regulamentado pelo Estado (Vasconcelos, 2010). Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, são propostas medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres. (IMPERATORI, 2016, p. 28)

É através dessas políticas que os jovens começam a ter mais oportunidades para ingressar na universidade, além de poder servirem de espelho para que as pessoas entendam o quão importante são as políticas públicas e sociais, quando são instituídas de forma correta e tendo como intuito o bem comum. Entretanto, só o acesso ao ensino superior não é o suficiente.

Tendo em vista a expansão das vagas, a juventude das classes mais baixas passou a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público. Muitos desses jovens saíram de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica. Começaram reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos (Sousa, 2005 apud IMPERATORI, 2016, p. 287)

Segundo Cunha (2017), a oferta dos serviços voltados para os estudantes em cursos de graduação se caracteriza em pelo menos três fases.

A primeira fase da assistência estudantil na educação superior tem origem na criação das primeiras casas de estudantes e a consolidação da União Nacional dos Estudantes (UNE), organização de estudantes criada em 1937, que fez frente aos debates e lutas em defesa do direito à educação no Brasil. As ações se caracterizavam por um caráter pontual, marcado pela escassez de recursos e, nesse período histórico, a assistência estudantil foi direcionada a atender à elite brasileira, a qual tinha acesso ao ensino superior. (Kowalsi, 2012 apud CUNHA 2017, p. 48)

A segunda fase se caracteriza a partir do período de redemocratização do país, nos anos 1980, quando houve uma tendência à inclusão dos estudantes aos programas assistenciais resultantes das demandas de alunos advindos do processo de expansão de vagas na educação superior. Foi um período em que se teve maior ampliação dos recursos financeiros para investimento em moradias estudantis e restaurantes universitários. (Kowalsi, 2012 apud CUNHA 2017, p. 48)

A terceira fase, a atual, constitui-se a partir dos anos 2000 com o processo de expansão e reestruturação da educação superior, que resultou na formulação e implementação do PNAES. Esse programa atendeu a algumas pautas de reivindicação dos movimentos estudantis e entidades ligadas à educação superior e permitiu, sobretudo, a definição e repasse de recursos financeiros para as instituições públicas de educação superior desenvolverem seus planos e executarem a política de permanência com uma normatização mais abrangente definida pelo Governo Federal. (Kowalsi, 2012 apud CUNHA 2017, p. 48)

Uma boa parte dos estudantes que ingressam nas universidades abandona o curso por não ter um suporte financeiro para continuar os estudos. Por isso, essa assistência prestada através das políticas públicas é de suma importância.

Segundo dados do FONAPRACE (2001), corroborados por estudo de Pacheco e Ristoff (2004), grande parte dos estudantes que abandonavam o ensino superior tinham baixa renda, o que os obrigava, muitas vezes, a trocar os estudos por trabalho. Decorrente dessas discussões, o PNAES surge como proposta para sanar essa problemática, instituído no fim de 2007. Essa temática tem produzido discussões sobre diversos aspectos envolvidos nesse campo, como a moradia estudantil (Garrido, 2015), o mercado de trabalho para bolsistas egressos (Vargas, 2011), a importância dessas ações para o combate à evasão (Bardagi & Hutz, 2009), assim como seus efeitos no cotidiano dos estudantes (Machado & Pan, 2013, apud MACHADO e SOUZA, 2016, p. 478)

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES surge com o intuito de assegurar o acesso e a permanência dos estudantes oriundos das IES – Instituições do Ensino Superior, através das políticas públicas, como é posto em seu Decreto 7.234/2010. De acordo com o Art. 2º, são objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Após a criação do PNAES, as políticas de assistência estudantil ganham mais força e visibilidade para serem implementadas. Entretanto, ainda que as políticas possam trafegar pelas três esferas (união, estado e município), há poucas políticas municipais existentes.

3.3 Políticas municipais de assistência estudantil

Atualmente existem poucas políticas de assistência estudantil municipais, visto que a assistência estudantil ainda é uma demanda nova (para alguns municípios de pequeno porte e habitantes, e a demanda da “universidade pública para todos” começou a existir poucos anos atrás) e crescente a cada dia; levando em conta também que nem todo município tem estrutura financeira ou incentivo de seus munícipes para implementação dessas políticas.

Uma política de assistência estudantil comum e existente em alguns municípios são as políticas voltadas para o transporte dos universitários, por meio das quais as prefeituras disponibilizam um transporte para locomoção dos estudantes até as universidades, ou disponibilizam financeiramente um auxílio voltado para esta demanda. Este é o caso da política de Castro Alves– BA.

No referido município, a Lei nº 770/2017 dispõe sobre instituição do Programa Municipal de Auxílio Transporte para estudantes universitários e técnicos e dá outras providências. Pelo seu Art. 1º,

O Programa Municipal de Auxílio-Transporte para estudantes universitários, PAE, que institui a transferência de recursos pela Administração Pública municipal para estudantes matriculados em curso universitário ou técnico, que tenham por objetivo o deslocamento do Município de Castro Alves/BA, para as instituições de ensino localizadas em outros Municípios.

Resumidamente, o município dispõe sobre um auxílio financeiro para os estudantes do ensino superior e de cursos técnicos, para locomoção dos mesmos, da sua cidade de origem até a cidade em que fica localizado seu campus.

O programa é composto por dois tipos de bolsas (Bolsa Auxílio Transporte e Bolsa Estágio), onde o poder público destina em seu orçamento o valor mensal de R\$10.000,00 (dez mil reais), visando satisfazer as necessidades de alunos que tem emprego ou não. O primeiro tipo de bolsa é para alunos que comprovarem vínculo empregatício, os mesmos terão direito de receberem a Bolsa Auxílio Transporte no valor de R\$135,00 (cento e trinta e cinco reais). Já a segunda modalidade, Bolsa Estágio, no valor de R\$300,00 (trezentos reais), será para alunos desempregados, com isso, o beneficiado deverá estagiar a serviço do município em sua respectiva área de estudo durante o mês, no período matutino ou vespertino. (SANTOS, 2017, p. 24, 25, 2017)

Outro município que dispõe sobre a implementação de uma política de assistência estudantil municipal é Guamaré – RN; o qual decreta em lei e nas suas estratégias na elaboração do PME – Plano Municipal de Educação que o município institua uma política de assistência estudantil. Tem como objetivo fortalecer a graduação no ensino superior público para seus municípios.

No referido município, a Lei nº 654/2015, de 25 de junho de 2015, aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. Pela sua meta 12 e estratégia 12.5,

META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

12.5. Instituir uma política municipal de assistência estudantil para os municípios de Guamaré dirigida aos (às) estudantes de instituições públicas, com critérios bem definidos e considerando a potencialidade orçamentária municipal.

Por fim, é nesta perspectiva de políticas municipais de assistência estudantil que investigamos o Programa de Apoio aos Estudantes – PAE, do município de Santa Teresinha – BA.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Lei nº 270/2018, que estabelece o Programa Municipal de Apoio aos Estudantes, da cidade de Santa Teresinha – BA, junto com os relatos dos egressos e atuais beneficiários do mesmo (obtidos através do questionário) e o modelo de análise foram nossa base para a pesquisa. Foi aplicado um questionário para os estudantes que fazem e fizeram parte do Programa, obtendo respostas voltadas para seus perfis socioeconômicos e educacionais, juntamente com suas percepções no que diz respeito ao PAE, a fim de entender suas trajetórias acadêmicas durante o ensino superior e quais efeitos o Programa ocasionou neste período. Para análise da política municipal Lei nº 270/2018, fizemos uma comparação desta com a Lei nº 207/2015, lei esta que deu início à política municipal, com intuito de observarmos as mudanças e/ou variações entre ambas.

4.1 Santa Teresinha – BA

Santa Teresinha é um município brasileiro do interior da Bahia, situado no Piemonte do Paraguaçu, localizada a 208 km da capital Salvador. Seu clima tropical é marcado pelos biomas da Caatinga e Mata Atlântica. Com 176 anos de emancipação política, faz aniversário dia 19 de outubro e tem aproximadamente cerca de 10.500 habitantes, segundo os dados do IBGE, de população estimada (2021). Tem como região de influência Castro Alves – BA, região intermediária Santo Antônio de Jesus – BA, região imediata Cruz das Almas, mesorregião Centro Norte Baiano e microrregião Feira de Santana – BA. É uma cidade pequena, vizinha do município de Castro Alves – BA e Itatim – BA. A principal renda do município se dá através da agricultura familiar. É conhecida por sediar a aldeia de Pedra Branca, que era morada de índios cariris e sabujás há décadas atrás, conforme historiografia brasileira (IBGE @Cidades). O Município de Santa Teresinha é formado pelo Distrito Sede e apresenta as localidades (zonas rurais): Rio Seco, Boqueirão, Pedra Branca, Campo Alegre, Campo Grande, Serra Grande, Tabuleiro, Engenho, Empoeira, Volta da Serra, Pedra Redonda, Mangaba e Coca Cola. Popularmente conhecida na Bahia como a “Capital Baiana de Esportes de Aventura” pela vasta possibilidade de esportes radicais como: Motocross, Voo Livre e Ciclismo; tem destaque também para o turismo, marcada por lugares com paisagens naturais, que costumam atrair seus turistas e visitantes como a: Barragem Casa Forte Hotel Fazenda Bastião, Bike Park e outros, conforme relatos de moradores e visitantes, além de algumas reportagens do referido município.

4.2 População e amostra

Iniciamos a pesquisa identificando os egressos e atuais beneficiários do PAE, através do contato com a Secretária Municipal de Administração, de Santa Teresinha – BA, responsável pelo cadastro e acompanhamento dos estudantes do Programa. Após a identificação dos estudantes, entramos em contato com os mesmos, explicando sobre a pesquisa, dialogando sobre o que está sendo proposto e, por conseguinte, convidando-os para participar.

Ao todo, o Programa já beneficiou 122 estudantes do município; sendo eles 40 beneficiários atuais e 82 egressos, desde 2015 até o ano vigente (2022), conforme as documentações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Administração. A amostra foi por conveniência, pela facilidade de acesso do mesmo. O questionário foi respondido por 24 beneficiários atuais do programa (60% do total de beneficiários) e 19 egressos (23% do total de egressos), tendo no total 43 pesquisados (35% do total de beneficiários, entre egressos e atuais).

4.3 Modelo de análise

Os elementos de análise da pesquisa são: permanência simbólica e permanência material. Os aspectos da análise têm como objetivo observar como essas categorias de permanência estão presentes na vida dos beneficiários, e quais efeitos a política de assistência estudantil estudada causam na trajetória acadêmica e permanência dos universitários, no ensino superior. As dimensões e categorias estão relacionadas no Modelo de Análise e Operacional da Pesquisa, a seguir.

4.4 Instrumento de coleta de dados

Após todo esse processo, foi elaborado um questionário por meio da plataforma Google Forms com perguntas voltadas aos objetivos da pesquisa.

O questionário está composto por 40 perguntas, sendo elas obrigatórias ou não, e apresenta 4 seções, divididas em: 1ª - termo de consentimento (consentimento e autorização dos respondentes para utilização e estudo de suas respostas); 2ª - perfil (identificação dos estudantes); 3ª - sobre a experiência de graduação (experiências dos estudantes no ensino superior) e 4ª - sobre o estudante/egresso e o PAE (percepções dos estudantes sobre o Programa). As perguntas estão relacionadas às categorias do Quadro de Análise, como pode ser visto no Quadro Operacional.

Nosso instrumento de pesquisa é o questionário e este foi tratado através da tabulação de seus dados, para no fim apresentar as respostas de maneira descritiva simples.

Quadro 1: Modelo de Análise e Operacional da pesquisa sobre o PAE – Santa Teresinha-BA, 2022

Dimensões	Sub-dimensões	Categorias	Questões correspondentes
Perfil	Socioeconômico	Renda média familiar	7
		Moradia	10, 11
		Quantidade de pessoas que moram na mesma casa	12
		Trabalho	8,9
		Local de residência durante o estudo	32
	Geral	Raça	3
		Existência de deficiência	4, 5
		Idade	2
		Gênero	1
		Oriundo ou não de políticas de cota	17
		Programas de assistência estudantil	39
		Programa de Apoio aos Estudantes – PAE	30, 31, 33, 34, 35, 38, 40
	Educacional	Instituição de ensino	13, 14
		Curso	15
		Tipo de escola na Educação Básica	6
		Semestres	16
		Número de reprovações	20
		Pós-permanência	23, 24
Permanência simbólica	Pessoal	Adaptação	18, 19
		Importância da graduação	33
		Motivações	21, 22
Permanência material	Custos	Custos mensais	25
		Questões financeiras	26, 27, 36, 37
		Suporte financeiro antes e após o programa	28, 29

Fonte: Elaboração própria, 2022.

O questionário foi compartilhado para os beneficiários e egressos dia 07 de julho de 2022 e fechado dia 20 de julho do mesmo ano, tendo o total de 43 respostas que irão ser abordadas a seguir.

5. PROGRAMA DE APOIO AOS ESTUDANTES

O Programa de Apoio aos Estudantes – PAE, também conhecido como “Projeto Futuro Doutor”, é uma política de assistência estudantil da cidade de Santa Teresinha – BA, originário de 2015 e vigente até os dias atuais. Esta é uma das poucas políticas públicas municipais de assistência estudantil da Bahia, conforme pesquisas realizadas.

5.1 Lei nº 207/2015

O Programa de Apoio aos Estudantes foi iniciado na cidade de Santa Teresinha – BA após o crescente número de alunos da rede pública que sonhavam em ingressar na universidade. Assim sendo, a gestão municipal dá início ao Programa no ano de 2015.

A Lei nº 207, de 09 de março de 2015, cria o Programa de Apoio aos estudantes – PAE– Projeto Futuro Doutor e dá outras providências. Pelo seu Art.º 1,

O Programa de Apoio aos Estudantes, de caráter educacional e social, tem por objetivo conceder auxílios financeiros a alunos universitários cuja renda familiar bruta seja de até 02 (DOIS) salários mínimos nacional, regularmente matriculados em Instituições Públicas de Ensino Superior (IES), com funcionamento autorizado pelo Ministério da Educação (MEC) e devidamente cadastradas nos termos desta Lei.

O Programa surgiu com o intuito de auxiliar os estudantes nos estudos para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, juntamente com a disponibilização de um auxílio financeiro para os estudantes que conseguiram ingressar nas Universidades Públicas e que se encontravam em vulnerabilidade socioeconômica.

O Programa tem como finalidade, pelo seu Art.º 2,

I – financiar despesas com moradia nas sedes das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) considerando a abrangência máxima de 100 (CEM) quilômetros de distância da sede do município;

II– - ampliar o número de profissionais com formação superior, de modo a propiciar a melhoria da qualidade de vida e a valorização do mercado de trabalho no Município.

Esta política atinge uma quantidade limitada de beneficiários, tanto dos cursinhos preparatórios, quanto do auxílio moradia, como forma de controle do Programa Municipal. O auxílio financeiro disponibilizado para os estudantes universitários é limitado até o valor de R\$ 200,00; já o auxílio também financeiro disponibilizado para os alunos do curso preparatório é estipulado em R\$ 80,00, como está posto em seu Art.º 7:

Serão concedidos auxílios integral e parcial, em conformidade com critérios estabelecidos nesta Lei, que também disporá sobre a forma de pagamento dos mesmos, bem como sobre a distribuição dos quantitativos como segue:

§ 1º – Fica limitado o quantitativo de 100 (CEM) Auxílios Moradias e 30 (TRINTA) Auxílios a Curso Preparatório para o ENEM, que serão disponibilizados pela Administração Pública Municipal.

§ 2º – O Auxílio Moradia será concedido em valores variáveis, limitados ao máximo de R\$ 200,00 (duzentos reais), atualizáveis, através de decreto, aplicando-se o índice da Taxa SELIC.

§ 3º – O Auxílio a Curso Preparatório para o ENEM será concedido em valores variáveis, limitados ao máximo de R\$ 80,00 (oitenta reais), atualizáveis, através de decreto, aplicando-se o índice da Taxa SELIC.

Por fim, no que diz respeito aos recursos financeiros disponibilizados ao Programa se dão por meio do Tesouro Municipal. Pelo seu Art.º 14,

Os recursos financeiros para implementação e execução do Programa são oriundos do Tesouro Municipal, por meio de dotação orçamentária própria. Parágrafo único. A ampliação do número de auxílios poderá ocorrer mediante recursos provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas, empresas e entidades não governamentais, além de convênios, previstos em legislação específica, e os destinados pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público em razão da aplicação de penalidades.

Após 3 anos de existência o Programa é reformulado, depois de uma série de divergências com os beneficiários do mesmo, nascendo assim a Lei nº 270/2018.

5.2 Lei nº 270/2018

A nova Lei nº 270/2018 é sancionada em novembro de 2018 trazendo consigo algumas mudanças, quando comparadas à Lei anterior. Uma delas é a exclusão dos cursos preparatórios para o Enem, pois chegou um momento em que a Prefeitura Municipal não conseguiu mais disponibilizar os professores para o ensino. Outra mudança referente à lei de 2015 foi o aumento do auxílio financeiro disponibilizado para os universitários beneficiários do Programa. Essas e outras mudanças, iremos identificar a seguir.

A Lei nº 270/2018, de 12 de Novembro de 2018, cria o Programa de Apoio aos Estudantes – PAE – e dá outras providências. Pelo seu Art.º 1,

Fica instituído o Projeto Municipal de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas no Estado da Bahia, que será regido pelos princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos estabelecidos nesta Lei.

O Programa reformulado tem basicamente o mesmo intuito do anterior, este que é o auxílio à permanência dos seus beneficiários na educação superior, porém o mesmo é mais estruturado, possuindo princípios, objetivos e diretrizes mais eficazes.

Seus princípios, postos pelo seu Art.º 2, são:

I – afirmação da Educação Superior como política do Município;

II – inclusão social, envolvendo os estudantes de grupos sociais mais vulneráveis e historicamente excluídos, de forma justa, participativa e democrática, nos processos educativos;

III – vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

IV – respeito à dignidade do cidadão e à sua privacidade;

V – solidariedade e cooperação entre os indivíduos, os grupos sociais e as instituições públicas e privadas, na inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho;

VI – corresponsabilidade e o compromisso individual e coletivo no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem;

VII – indissociabilidade entre teoria e prática no processo formativo educacional;

VIII – direito à educação pública, gratuita, integral, de qualidade, integrada às políticas de geração de emprego e renda.

Suas diretrizes, postas pelo seu Art.º 3, são:

I – formação dos estudantes matriculados nas Universidades Públicas da Bahia, integrada ao fortalecimento de alternativas para inserção no mundo do trabalho;

II – promoção e estímulo à Educação Superior pública por meio da disseminação do acesso e da permanência estudantil para conclusão do curso;

III – acompanhamento e avaliação continuada de políticas públicas.

Por fim, seus objetivos, postos pelo seu Art.º 4, são:

I – contribuir para a permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica nas Universidades Públicas da Bahia, por meio de Auxílio Permanência, exclusivamente para os matriculados nos cursos de Graduação Presencial;

II – fornecer meios para viabilizar a diplomação dos estudantes, na perspectiva da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida;

III – fomentar a democratização dos serviços prestados à comunidade estudantil;

IV – contribuir para a promoção da inclusão social e da redução das desigualdades pela educação.

Seu financiamento passa a ser estabelecido entre 20 e 21% do salário mínimo. Destaca-se que os beneficiários só podem fazer parte do Programa até o período de 05 anos. Pelo seu Art.º 6,

I – mensalmente de acordo com o calendário civil, para os estudantes de graduação das Universidades Públicas no Estado da Bahia regularmente matriculados.

§ 1º - O valor do Auxílio Permanência será estabelecido entre 20 e 21 % do salário mínimo em vigor, estipulado igualmente e de forma arredondada para todos os beneficiários.

§ 2º - Os estudantes beneficiários pelo Projeto de Auxílio Permanência instituído por esta Lei receberão o Auxílio Permanência por um período de até no máximo 05 anos, nos termos do Regulamento.

Resumidamente, o Programa é uma política pública de assistência estudantil instituída pelo município de Santa Teresinha, tendo como principal papel auxiliar os estudantes universitários oriundos do município, que precisam se deslocar da sua cidade para completar

seus estudos, que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, com um valor financeiro de R\$ 220,00 em 2022. Vale destacar que esse valor está em Lei desde 2018, mas só foi posto em prática na gestão atual do atual prefeito, em 2021. Nos anos anteriores o valor era o mesmo de 2015 (R\$ 200,00). Em nenhum dos anos, a demanda pelo Programa foi igual ou superior ao número máximo de beneficiários previstos em Lei.

A Secretaria Municipal de Administração é o setor responsável por averiguar os cadastros e recadastramentos dos alunos, analisando se os mesmos se encaixam no perfil posto em Lei, além de ser responsável pelos seus dados. Ainda assim, existe uma comissão do Programa, formada por beneficiários e egressos do PAE, por meio da qual os participantes ajudam a Secretaria a recolher a documentação dos alunos. A comissão existe desde 2019, com o intuito de ter uma melhor comunicação com os responsáveis pelo Programa e passar as demandas do tal para os estudantes beneficiários.

Dos critérios de Elegibilidade, pelo seu Art.º 7,

- I – possuir renda familiar per capita mensal não superior a 50% do salário mínimo;
- II – ter registro, individual ou familiar, atualizado no Cadastro Centralizado de Programas Sociais do Governo Federal;
- III – não ter qualquer tipo de vínculo empregatício;
- IV – estar regularmente matriculado, exclusivamente, em cursos de Graduação Presencial de qualquer Universidade Pública do Estado da Bahia;
- V – não ter concluído qualquer outro curso de nível superior;
- VI – cumprir carga horária suficiente para integralização curricular prevista no Projeto Pedagógico do Curso, para cada período letivo, seja semestral ou anual;
- VII – assinar o Termo de Compromisso, previsto em ato normativo próprio;
- VIII – ter seu cadastro devidamente aprovado e semestralmente homologado pela Secretaria de Educação.

Ainda pelo seu Art.º 8 e parágrafo único:

Às pessoas com deficiência serão reservados, no mínimo, 5% (cinco por cento) do Auxílio de que trata esta Lei, calculados no início de cada semestre letivo.

Parágrafo único – Além de cumprirem as condições estabelecidas no caput deste artigo, os estudantes deverão comprovar que residem com a família registrada no Cadastro Centralizado de Programas Sociais do Governo Federal e necessitarão mudar de domicílio para frequentar o curso.

Os recursos financeiros disponibilizados a Lei nº 270/2018 continuam sendo do Tesouro Municipal, assim como era na Lei nº 207/2015. Pelo seu Art.º 22,

Os recursos financeiros para a implementação e execução do Programa são oriundos do Tesouro Municipal, por meio de dotação orçamentária própria.

O Programa de Apoio aos Estudantes – PAE– existe há anos, com a finalidade de auxiliar seus munícipes em suas trajetórias acadêmicas. Mas, quais efeitos ela causa nesta trajetória? Qual é a percepção de seus beneficiários? É através dessas questões que iremos fazer uma análise para conclusão do objeto de estudo.

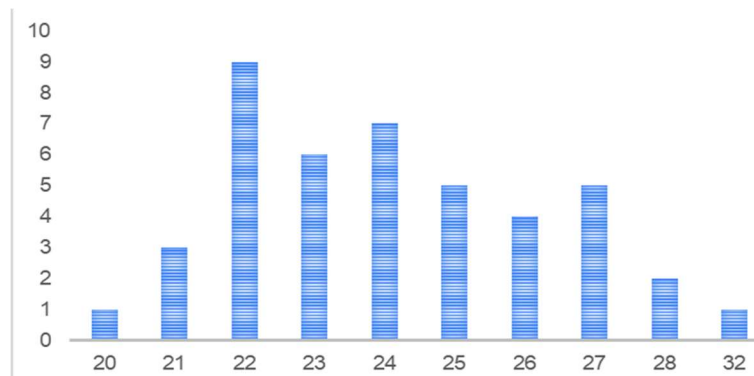
6. CONHECENDO OS BENEFICIÁRIOS E EGRESSOS DO PAE

O Programa de Apoio aos Estudantes atualmente é composto por 40 beneficiários, porém mais 82 já passaram pelo Programa desde sua origem, lá em 2015. Os dados sobre beneficiários e egressos estão apresentados na seção de perfil, que engloba seus perfis socioeconômicos e educacionais. Como houve pouca variação entre os grupos de beneficiários e egressos, os dados socioeconômicos estão apresentados no conjunto dos respondentes, mas o perfil educacional foi apresentado separando-se os beneficiários (bolsistas atuais) dos egressos.

6.1 Perfil Socioeconômico

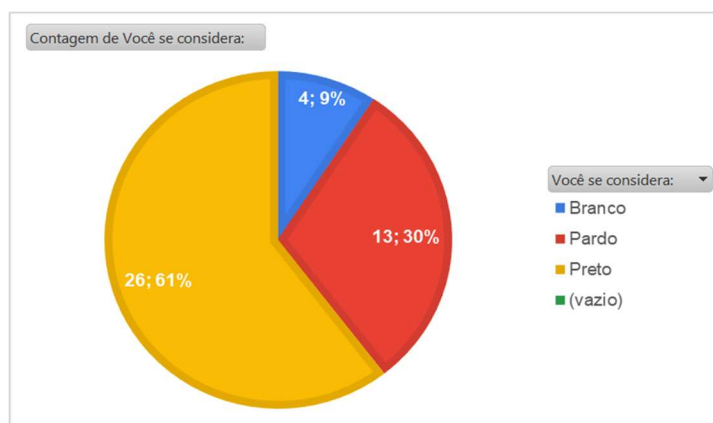
Como já mencionado, o questionário foi respondido por 24 (56%) beneficiários atuais do programa e 19 egressos (44%), tendo no total 43 pesquisados. O estudo está composto por 24 respondentes do gênero feminino e 19 do gênero masculino, com idades variadas entre 20 a 32 anos (Figura 1), tendo a maior parte se declarado preto e pardo (Figura 2).

Figura 1: Idade em anos dos respondentes da Pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA



Fonte: Elaboração própria, 2022

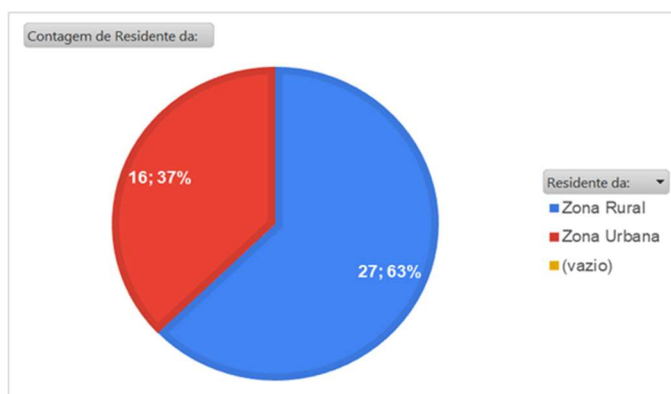
Figura 2: Autodeclaração de raça dos respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Todos respondentes são oriundos do ensino público e, no que diz respeito à residência, 37% residem na zona urbana e a maioria, composta por 63%, reside na zona rural (Figura 3). Com esses dados podemos observar que os estudantes da zona rural são o público mais presente no estudo.

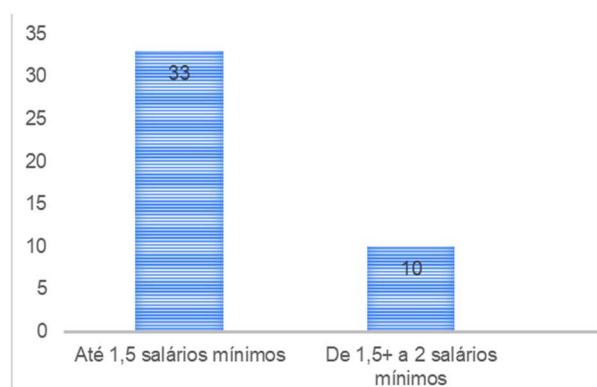
Figura 3: Residência rural x urbana dos respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Um dado importante e de destaque no questionário é que a renda mensal familiar dos estudantes não ultrapassa dois salários mínimos, a mesma gira em média de 1,5 a 2 salários (Figura 4), o que tem relação com os critérios de elegibilidade dos beneficiários vistos anteriormente. Dentro da composição familiar, suas residências são compostas por 3 a 5 familiares.

Figura 4: Renda mensal familiar dos respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA

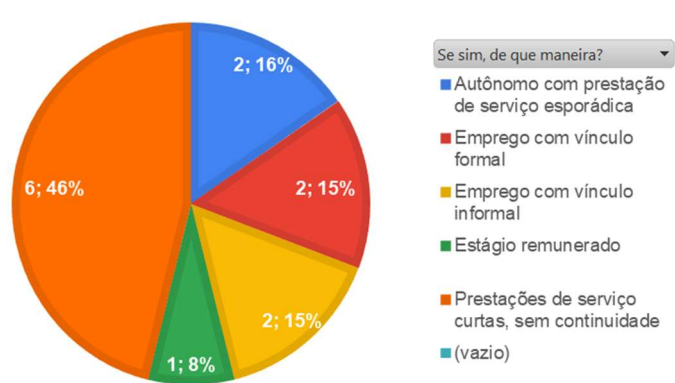


Fonte: Elaboração própria, 2022.

Com relação ao trabalho, 72% dos estudantes não trabalharam durante a graduação, enquanto 28% trabalharam. Esses trabalhos eram divididos em: autônomos com prestação de serviços esporádicos, empregos com vínculos formais, empregos com vínculos informais,

estágios remunerados e prestação de serviços curtos, sem continuidade (Figura 5). Dando destaque à prestação de serviços curtos, o emprego com vínculo formal e o trabalho autônomo com prestação de serviço esporádico, pois foram os mais utilizados pelos estudantes que trabalharam durante o ensino superior.

Figura 5: Tipos de trabalhos aos quais se vincularam os respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Vale destacar que todo perfil socioeconômico apresentado na pesquisa está de acordo com o que preconiza na Lei do Programa de Apoio aos Estudantes.

6.2 Perfil Educacional

Referente ao ensino superior, 37 dos estudantes beneficiários e egressos do Programa são/foram alunos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e 6 são/foram alunos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. São eles dos cursos de: Agroecologia; Agronomia; Arquitetura e Urbanismo; Bacharelado em Eng. Civil; Bacharelado Interdisciplinar em Saúde/Psicologia; BCET; Engenharia Civil; Bacharelado em Biologia; Cinema e Audiovisual; Direito; Engenharia de Pesca; Engenharia Elétrica; Engenharia Florestal; Fisioterapia; Letras/Libras e Língua Estrangeira; Licenciatura em Biologia; Licenciatura em História; Licenciatura em Letras; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Pedagogia; Licenciatura Interdisciplinar em Artes; Medicina; Medicina Veterinária; Nutrição; Publicidade e Propaganda; Serviço Social; Tecnologia em Agroecologia e, Zootecnia.

Com relação à política de cotas para ingresso ao ensino superior, a maioria dos estudantes foi oriunda da mesma, sendo eles 36 beneficiados pela política e sete não beneficiados.

Sobre a relação dos estudantes com a graduação, 29 respondentes (67%) tiveram dificuldade com a adaptação no espaço universitário, enquanto 14 (33%) não tiveram essa dificuldade e, sobre a adaptação dos modos pedagógicos, 30 tiveram dificuldade com essa adaptação, enquanto 13 não tiveram. No que diz respeito à reprovação, 29 deles já reprovaram em alguma disciplina.

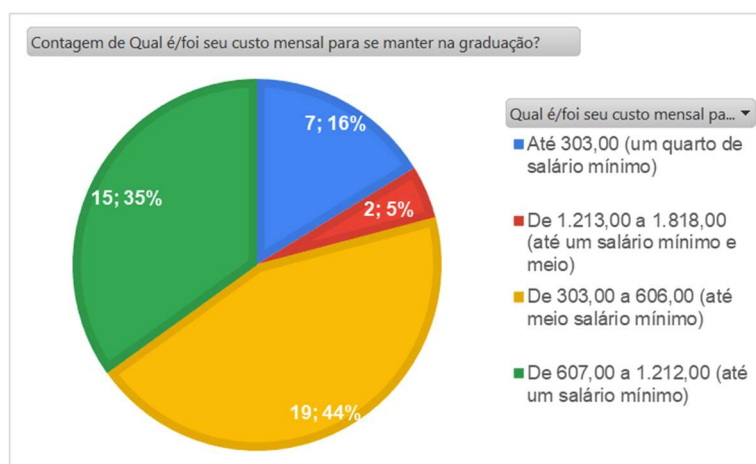
Trazendo um pouco agora para a permanência, 53% dos estudantes pensaram em desistir da graduação, enquanto 43% não pensaram. Os respondentes justificam que seus motivos para pensar na desistência do curso foram: dificuldade de aprendizado, adaptação, falta de desenvolvimento, questões financeiras, não identificação com o curso escolhido, problemas pessoais, rotina pesada, dificuldade em disciplinas e dificuldades de permanência.

Sobre a pós-permanência, entre os 24 beneficiários respondentes, 12 pretendem fazer a pós-graduação, mestrado e /ou doutorado, enquanto os outros 12 não têm a pretensão de continuar os estudos do ensino superior. Já tratando dos 19 egressos respondentes, 10 estudantes pretendem ou já estão cursando a pós-graduação, mestrado e/ou doutorado, enquanto 9 não pensam nesta possibilidade.

Com os dados obtidos, podemos observar que tanto os beneficiários, como os egressos, estão praticamente divididos igualmente entre realizar ou não a sucessão dos estudos.

O custo mensal para permanência no ensino superior da maioria é de R\$ 303,00 a R\$ 1.212,00 (um salário mínimo). Todos gastam muito mais que a bolsa concedida, como pode ser observado na Figura 06.

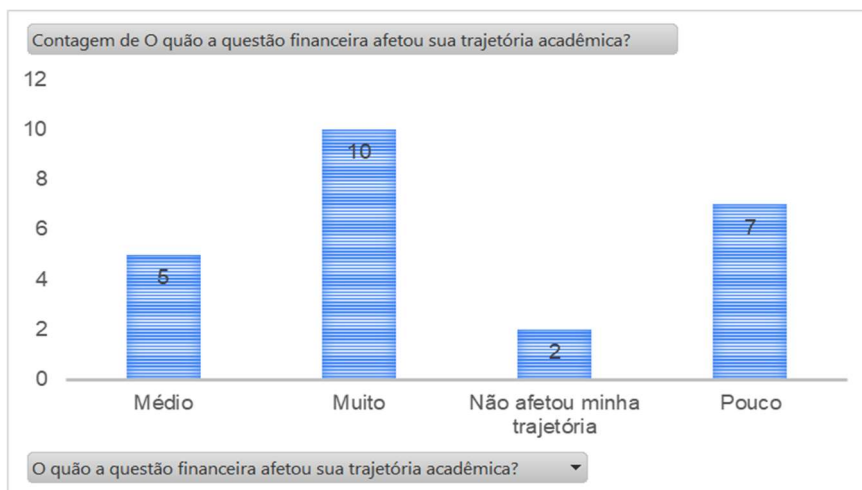
Figura 6: Custo mensal declarado dos respondentes da pesquisa sobre o PAE, Santa Teresinha-BA



Fonte: Elaboração própria, 2022.

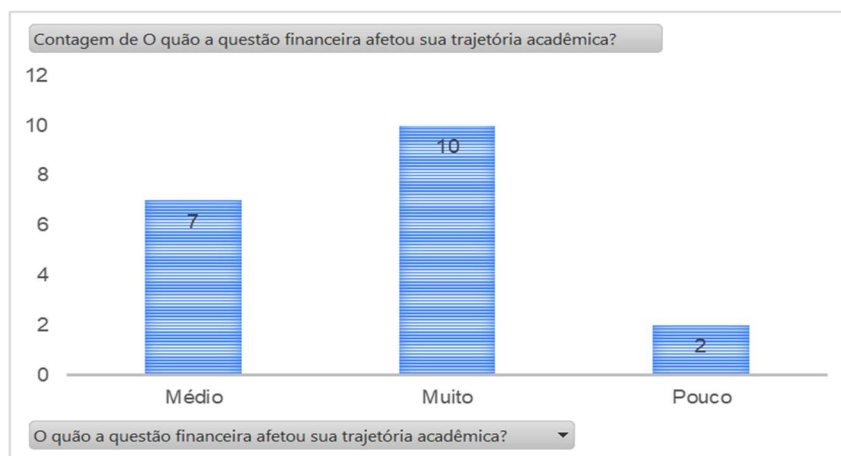
Dos 24 beneficiários respondentes, 10 apontam que a questão financeira afetou muito sua trajetória acadêmica, como pode ser visto na Figura 07. Apenas dois relataram que as questões financeiras não afetaram sua permanência. Isso também ocorreu no grupo de egressos, a maior parte (10 dentre 19) destacou que a questão financeira afetou muito em sua trajetória acadêmica, enquanto para 7 afetou médio e para 2 afetou pouco (Figura 08).

Figura 7: Relação entre as questões financeiras e a trajetória de respondentes beneficiários do PAE, Santa Teresinha-BA



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Figura 8: Relação entre as questões financeiras e a trajetória de respondentes egressos do PAE, Santa Teresinha-BA



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Aqueles que apontam que a questão financeira afetou sua trajetória acadêmica têm como principais causadores desta problemática os custos acadêmicos, domésticos e aluguéis, pois,

nas cidades em que está localizado seu campus, o custo de vida é maior do que em sua cidade de origem; por serem oriundos de famílias de baixa renda e pelo desemprego.

Se tratando de suporte financeiro durante o ensino superior, dos 24 beneficiários respondentes, 22 deles tiveram suporte financeiro durante o curso, enquanto 2 não tiveram. Já entre os 19 egressos respondentes, todos os 19, por unanimidade, tiveram algum suporte financeiro durante o ensino superior.

Aqueles que destacaram que tiveram o suporte financeiro durante a graduação, tiveram o suporte de: apoio financeiro da família; apoio do programa de apoio aos estudantes; apoio financeiro de amigos; bolsas de pesquisa, extensão e inovação; programas de assistência estudantil; programa bolsa permanência quilombola e bolsas do MEC.

Aqui, apresentamos os beneficiários e egressos do Programa que estão fazendo parte do nosso estudo, destacando seus perfis, escolaridade e sua relação com o ensino superior. Agora, iremos apresentar e fazer uma análise das respostas dos mesmos, no que diz respeito ao Programa de Apoio aos Estudantes, para identificarmos os efeitos que o mesmo está proporcionando e já proporcionou na trajetória acadêmica dos estudantes.

7. O PAE E SEUS EFEITOS PARA A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O ano de ingresso dos estudantes no Programa de Apoio aos Estudantes varia entre 2015 e 2021, sendo que atualmente 24 dos alunos respondentes do questionário ainda são beneficiários do Programa, enquanto 19 já saíram entre 2016 a 2022. Em 2022, ainda não houve ingressantes no Programa.

Por unanimidade, todos moram e/ou moravam na cidade em que fica localizado seu campus, enquanto cursam e/ou cursavam o ensino superior, pois, com a frequência das aulas, era complicado ir e vir de uma cidade para outra constantemente.

Por unanimidade, também, todos acham o Programa relevante, justificando que ele ajuda nas necessidades básicas, beneficia estudantes de baixa renda, auxilia na permanência acadêmica dos mesmos, incentiva os estudantes e outros, como iremos observar nas respostas a seguir:

Benef. 15: Pois reconhece os problemas enfrentados pelos jovens que buscam a educação continuamente, mesmo que não tenham todas as possibilidades que todos deveriam ter num país democrático. É apoiar o jovem que, futuramente, poderá vir a ser um profissional em seu município.

Benef. 23: O programa incentiva novos ingressantes, e através das bolsas oferece e fornece uma base de subsistência para novos ingressantes e veteranos.

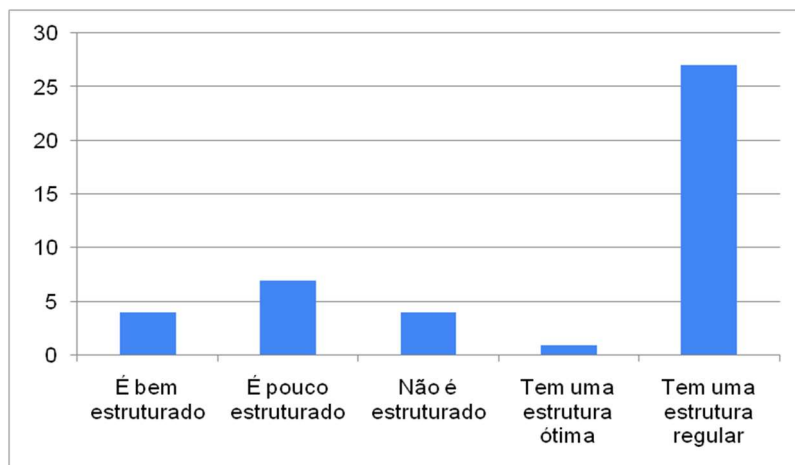
Egres. 5: Tem auxiliado vários estudantes de baixa renda a ter oportunidade de fazer um curso superior.

Egres. 06: Sem sombra de dúvidas o programa é de fundamental importância para permanência dos estudantes nas universidades, uma vez que sem apoio financeiro poucos conseguem concluir a graduação.

Sobre a suposição do que ocorreria se não houvesse benefício do PAE, 38 alunos afirmam que, se não fossem beneficiários do Programa, não teriam condições financeiras de permanecer na universidade, enquanto 5 afirmam que teriam condições caso não fossem beneficiários.

Com relação à estruturação do Programa, ou seja, a sua elaboração e instrumentos da Lei, 27 estudantes acham que o Programa tem uma estrutura regular, 7 acham pouco estruturado, 4 acham bem estruturado, 4 não estruturado e 1 diz que tem uma estrutura ótima (Figura 09).

Figura 9: Percepção dos respondentes sobre a estrutura da elaboração e lei do PAE, Santa Teresinha - Ba



Fonte: Elaboração própria, 2022.

No que diz respeito a críticas e sugestões com relação ao PAE, os estudantes destacam muito a importância do Programa na trajetória acadêmica deles e dos próximos beneficiários e enfatizam também alguns pontos negativos, positivos e a melhorar, como veremos a seguir:

Benef. 06: O valor poderia ser maior, pois os gastos para morar fora são altos.

Benef. 10: Espero que o Programa possa continuar beneficiando os estudantes e que ele se desenvolva mais atendendo a realidade de cada um e as necessidades de melhorias.

Benef. 12: Minha única crítica é a questão do apoio não durar até o estudante concluir o curso, minha sugestão seria que o Programa permanecesse até quando o aluno concluísse, visto que muitos necessitam dessa ajuda e muitas vezes o atraso não foi por culpa do aluno e sim das paralisações, greve e até mesmo da pandemia.

Benef. 13: Única coisa ruim é quando tem trocas de prefeitos ou não pagamento em algum mês, porque dificilmente eles pagam o valor do mês que ficaram devendo

Egres. 04: Hoje em dia, os jovens do município saem do mesmo a procura de um futuro melhor, o que talvez não os façam retornar à cidade, a qual muitas vezes não colhe os próprios frutos plantados. A cidade qualifica profissionais para fora, talvez alguns pudessem continuar na mesma, desde que não seja pensado apenas no ingresso dos alunos a universidade, mas também em sua saída.

Creio também que o projeto não possui uma visibilidade pública, como deveria, o que acaba por não demonstrar a imensa relevância que tal projeto representa para aqueles que fazem/fizeram parte.

Caso possível, o pagamento das bolsas deveria ter tanta relevância quanto qualquer outro repasse financeiro, desta forma, podem ser almejadas parcerias por parte da prefeitura, para abraçar o PAE e torná-lo algo um tanto independente.

Egres. 16: Penso que o Programa precisa ser conhecido em quanto essencial para a permanência do estudante no seu campo universitário.

Através destas críticas e sugestões voltadas para o Programa, podemos observar que os estudantes dialogam sobre algumas questões como a atraso do pagamento dos auxílios, acréscimo de valores, período de duração do recebimento do auxílio e visibilidade e reconhecimento do mesmo.

Por fim, e talvez uma das perguntas mais importantes do questionário, visualizaremos os efeitos que o Programa de Apoio aos Estudantes causou e/ou causa na vida de seus beneficiários. Em síntese os estudantes destacam a importância que o Programa teve e tem na sua trajetória acadêmica, destacando os principais pontos que os fizeram ter esses posicionamentos:

Benef. 04: Diminuiu os gastos de minha mãe, ajudando no aluguel.

Benef. 10: Esse auxílio me ajudou a continuar os meus estudos, ele é importante para nós estudantes que muitas vezes não conseguimos conciliar estudo e trabalho.

Benef. 12: Efeitos muitos positivos, visto que com a ajuda do Programa consigo arcar com as dívidas acadêmicas, bem como, com as despesas de casa.

Benef. 15: Me possibilitou dar passos que seriam muito mais difíceis de dar, caso não houvesse o fornecimento dessa ajuda. E tem me possibilitado mais liberdade, para lidar com as questões financeiras do dia a dia.

Benef. 16: A possibilidade de conquistar um sonho de adentrar numa universidade pública gratuita e de qualidade e permanecer até o fim da graduação.

Egres. 08: O projeto foi de suma importância para minha permanência na universidade, uma vez que, eu não teria condições de permanecer em outra cidade, tendo em vista o financeiro familiar.

Egres. 13: Tornou possível um sonho que para quem é de família simples e de zona rural era impossível.

Egresso 19: O PAE me proporcionou a possibilidade de poder concluir minha graduação, foi meu suporte pra continuar lutando, só tenho a agradecer. Com a bolsa, as despesas foram reduzidas e consegui me manter na cidade de ensino durante minha conclusão. Sem o Programa, talvez não teria a oportunidade de ir em busca dos meus objetivos. O futuro doutor abriu portas para que os estudantes de baixa renda tivesse a oportunidade de poder se formar, realizar seus sonhos e ter um futuro melhor. Com toda certeza posso afirmar que os efeitos foram positivos e muito significativos para mim. Por mais que em um certo ponto o Programa chegou a ter alguns conflitos anteriormente, vejo que esse Programa tem muito a crescer, pois é um projeto muito importante para o futuro dos jovens Santaterezinhenses que desejam aprimorar os seus conhecimentos e sua carreira profissional.

Em síntese, e como mostrado através do posicionamento dos estudantes, o Programa de Apoios aos Estudantes teve e tem efeitos significativos tanto para seus beneficiários, quanto para seus egressos. Efeitos esses que marcaram e continuam marcando suas trajetórias acadêmicas, como podemos identificar em suas falas. O PAE fornece um importante suporte para

permanência dos estudos, fazendo com que este auxílio financeiro diminua ou minimize as despesas financeiras ou custos mensais dos estudantes durante o período de seu curso, possibilitando assim que os mesmos consigam a tão esperada conclusão.

Diante do exposto, podemos observar e destacar a importância das políticas de assistência estudantil citada nos capítulos anteriores desse estudo, para com a trajetória acadêmica dos estudantes, como é o caso do PAE.

8. CONCLUSÕES

O intuito do estudo foi analisar os efeitos que o Programa de Assistência Estudantil proporcionou e proporciona na trajetória acadêmica de seus beneficiários, na sua ótica. Os objetivos específicos do estudo são: identificar e analisar o perfil dos atuais e ex beneficiários do PAE; investigar que percepção os beneficiários têm do PAE; investigar, na perspectiva dos beneficiários, os efeitos que eles entendem que, para cada um deles, são decorrentes da participação do PAE e por fim, identificar as mudanças ocorridas na lei do PAE. Para obtermos o resultado desta questão, além de analisarmos as duas leis (de 2015 e de 2018), realizamos uma coleta de dados através de um questionário com 40 perguntas voltadas para seus perfis, relações com a graduação e suas percepções para com o programa estudado.

Após os dados obtidos pela Secretaria Municipal de Administração, identificamos alguns beneficiários e egressos do Programa, entramos em contato com os mesmos, apresentamos a proposta de pesquisa e enviamos o questionário. Este que foi enviado dia 07/07/2022 e fechado dia 20/07/2022, tendo no total 43 respondentes.

As dificuldades que os alunos de ensino público e oriundos de famílias de baixa renda encontram na trajetória acadêmica acabam ocasionando transtornos que afetam tanto seu desempenho nos estudos, como a permanência deles. Com isso, vemos que as políticas de assistência estudantil têm um papel expressivo neste caminho

Desta forma, após análise das respostas obtidas, respondidas por 43 estudantes, sendo eles beneficiários e egressos do Programa de Apoio aos Estudantes – PAE, de Santa Teresinha – BA, podemos concluir que o Programa gera efeitos significativamente positivos na trajetória acadêmica de seus beneficiários, oferecendo um suporte para a permanência, especialmente material, e apoio para a continuidade dos estudos no ensino superior. Ressaltando também que, mesmo que o Programa tenha uma expressa relevância, ainda tem pontos a melhorar, como foram citados pelos respondentes no questionário de pesquisa.

Por fim concluímos que as políticas de assistência estudantil são uma ferramenta significativa na vida de seus beneficiários, assim como o Programa de Apoio aos Estudantes foi e é para os estudantes de Santa Teresinha – BA.

9. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Tereza. Do abandono à permanência num curso de ensino superior. **Sísifo**. Revista de Ciências da Educação, 07, p. 19-28. 2008.

BRASIL, **Decreto** nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 14 de Maio de 2022.

BRASIL, **Lei nº 207/2015**, de 09 de março de 2015. Cria o Programa de Apoio aos Estudantes – PAE – Projeto Futuro Doutor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Santa Teresinha – BA, 2015.

BRASIL, **Lei nº 270/2018**, de 12 de Novembro de 2018, dispõe sobre a criação do Programa de Apoio aos Estudantes – PAE – e dá outras Providências. Câmara Municipal, Santa Teresinha – BA, 2018. Acesso em: 20 de Maio de 2022.

BRASI, **Lei nº 654/2015**, de 25 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências, Diário Oficial, Guamaré – Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em: https://www.guamare.rn.leg.br/arquivos/190/LEIS%20MUNICIPAIS_654_2015_0000001.pdf Acesso em: 14 de Junho de 2022.

BRASIL, **Lei orgânica nº 779/2017**. Dispõe instituição do programa municipal de auxílio transporte para estudantes universitários e técnicos “PAE” e dá outras providências. Castro Alves – BA, 2017. Acesso em: 15 de Maio de 2022.

CARVALHO, Maria. BARBOSA, Telma. SOARES, Jeferson. **Implementação De Política Pública: Uma Abordagem Teórica E Crítica**. 13 páginas. 8 de dezembro, 2010.

CUNHA, Eudes. **Implementação da Política de Permanência de Estudantes na Universidade Federal da Bahia**. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 19 de dezembro, 2017.

DERANI, Cristiane. Política pública e norma política. **Revista da Faculdade de Direito UFRP**. Vol. 41, p. 19-48. 2005.

GANAM, Eliana. PINEZI, Ana. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em revista**. Vol. 37, 18 páginas. Belo Horizonte, 2021.

GISI, Maria Lourdes. PEGORINI, Diana Gurgel. As Políticas de Acesso e Permanência na Educação Superior: A Busca da Igualdade de Resultados. **Revista online de política e gestão**. n. 20, p. 21–37, 2016.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil, das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista brasileira de orientação profissional**. Vol.19, p. 7-17. Florianópolis, jan./jun. 2018.

IBGE, SANTA TERESINHA. 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-terezinha/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 12 de Junho de 2022.

IMPERATORI, Thaís. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

MACHADO, Jardel. SOUZA, Miriam. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estudos de Psicologia**, 21(4), p.477-488, outubro a dezembro de 2016.

MACIEL, Carina. LIMA, Elizeth. GIMENEZ, Felipe. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBPAAE** - v. 32, n. 3, p. 759 - 781 set./dez. 2016.

SANTOS, Dyane. **Para além das cotas – A permanência de estudantes negros no Ensino Superior como política de ação afirmativa**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Jefferson. **Reflexos da lei orgânica nº 779/2017, que dispõe sobre o transporte escolar para universitários, no município de Castro Alves/BA**. Monografia. Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira – BA, 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, nº 16, p. 20-45, Jul/dez, 2006.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 11 n. 32, p. 226-237. Maio/ago. 2006.

Apêndice 01: Questionário aplicado aos beneficiários (atuais e egressos) do PAE

Seção 1 de 4

Análise do Programa de Apoio aos Estudantes – PAE

Convidamos o (a) Sr.(a) para participar, como voluntária(o), da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada "A Permanência e Pós-Permanência na Educação Superior de estudantes beneficiados do Programa de Apoio aos Estudantes – PAE, de Santa Teresinha – BA", que está sob a responsabilidade da discente-pesquisadora Géssica Almeida dos Santos, graduanda na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), e sob orientação da 45, Jul Lys Maria Vinhaes Dantas. Este trabalho pretende analisar os efeitos que o Programa de Apoio aos Estudantes – PAE, conhecido também como Projeto Futuro Doutor, causam na trajetória acadêmica de seus beneficiários.

Os dados estão sendo coletados a partir da aplicação remota, via Google Forms, do presente questionário e serão armazenados em computador pessoal, restrito de responsabilidade da pesquisadora-discente. Os resultados desta pesquisa serão utilizados para fins de análise do trabalho de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da pesquisadora-discente e poderão ser divulgados em eventos, revistas e meios de publicações científicas. Contudo, fica assegurado o sigilo para as informações apresentadas pelo respondente no questionário, sendo os resultados apresentados de maneira global - com a sistematização dos dados de todos os respondentes - ou, em caso de registros das opiniões do respondente, será assegurado o sigilo da identidade da fonte.

Após as informações destacadas até aqui, caso o (a) Sr.(a) aceite participar do estudo, basta responder às perguntas a seguir listadas. O (a) Sr. terá total liberdade para responder à pergunta que lhe será dirigida ou até mesmo, se desejar, poderá retirar seu consentimento de participar do estudo.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora-discente responsável por meio do telefone (75) 99846-7545 ou e-mail: gessicaalmeida@aluno.ufrb.edu.br.

Seção 2 de 4

Perfil

1 - Gênero

Feminino

Masculino

2 - Idade (em anos) _____

3 - Você se considera:

Branco

Pardo

Preto

Indígena

Outros

- 4 - Você tem alguma deficiência?
- Sim
 - Não
- 5 - Se sim, qual? _____
- 6 - Concluiu o ensino médio em:
- Escola Pública
 - Escola Privada
 - Escola Pública e Privada
- 7 - Qual a faixa de renda mensal da sua família?
- Até 1,5 salários mínimos
 - De 1,5+ a 2 salários mínimos
 - De 2+ a 3 salários mínimos
 - De 3+ a 5 salários mínimos
 - Mais que 5 salários mínimos
- 8 - Você trabalha/trabalhou durante a graduação?
- Sim
 - Não
- 9 - Se sim, de que maneira?
- Emprego com vínculo formal
 - Emprego com vínculo informal
 - Autônomo com prestação de serviço contínua
 - Autônomo com prestação de serviço esporádica
 - Prestação de serviços curta, sem continuidade
- 10 - Sua residência é:
- Própria
 - Alugada
 - Cedida
- 11 - Residente da:
- Zona urbana
 - Zona rural
- 12 - Quantas pessoas moram na sua casa, além de você?
- Somente eu
 - Mais uma
 - Mais duas
 - Mais três
 - Contando comigo, são cinco ou mais pessoas

Seção 3 de 4

Sobre a experiência de graduação

- 13 - Instituição de Ensino
- UFRB
 - UFBA
 - UEFS
 - Outros
- 14 - Se outra, qual? _____
- 15 - Curso de graduação _____
- 16 - Quanto tempo você estuda ou estudou na graduação, em quantidade de semestres? _____
- 17 - Você acessou a educação superior por alguma política de cotas?

- Sim
 - Não
- 18 - Teve dificuldade com a adaptação no espaço universitário?
- Sim
 - Não
- 19 - Você teve dificuldade com a adaptação dos modos pedagógicos de fazer (aulas, avaliações, relações, atividades, por exemplo) da universidade?
- Sim
 - Não
- 20 - Já reprovou em alguma disciplina?
- Sim
 - Não
- 21 - Você pensou, alguma vez, em desistir de fazer sua graduação?
- Sim
 - Não
- 22 - Se pensou em desistir, por quê? _____
- 23 - Você fez ou pretende fazer a pós-graduação stricto sensu (mestrado e/ou doutorado)?
- Sim
 - Não
- 24 - Se sim, qual? _____
- 25 - Qual é/foi seu custo mensal para se manter na graduação?
- Até 303,00 (um quarto de salário mínimo)
 - De 304,00 a 606,00 (até meio salário mínimo)
 - De 607,00 a 1.212,00 (um salário mínimo)
 - De 1.213,00 a 1.818,00 (até um salário mínimo e meio)
 - De 1.819,00 a 2.424,00 (dois salários mínimos)
 - De 2.425,00 ou mais (mais de dois salários mínimos)
- 26 - O quão a questão financeira afetou sua trajetória acadêmica?
- Não afetou minha trajetória
 - Pouco
 - Médio
 - Muito
- 27 - Porquê? _____
- 28 - Você teve algum suporte financeiro quando entrou na universidade?
- Sim
 - Não
- 29 - Que suporte financeiro você obtém ou obteve durante a graduação? (é possível marcar várias opções)
- Não tive apoio financeiro externo
 - Apoio financeiro da família
 - Apoio financeiro de amigos e parentes
 - Bolsa ou outros tipos de auxílio de Programas de Assistência Estudantil, oferecidos na própria universidade
 - Bolsas PIBIC, PIBIT, PIBEX, PIBID e outras voltadas para a pesquisa, extensão e inovação
 - Outros

- 30 - Ano de ingresso no Programa de Apoio aos Estudantes - PAE _____
- 31 - Ano de saída do Programa de Apoio aos Estudantes - PAE (caso já tenha saído) _____
- 32 - Enquanto você está/esteve no PAE, onde está/esteve morando?
- Em Santa Teresinha
 - Na cidade na qual está localizada a universidade/faculdade
 - Em cidade muito próxima da cidade na qual está localizada a universidade/faculdade
- 33 - Quais efeitos o PAE proporcionou ou proporciona na sua trajetória acadêmica? _____
- 34 - Para você o Programa é relevante?
- Sim
 - Não
 - Talvez
- 35 - Porquê? _____
- 36 - Se não fosse beneficiário do PAE, você acha que teria condições financeiras para se manter na universidade?
- Sim
 - Não
- 37 - Porquê? _____
- 38 - Na sua opinião o programa é bem estruturado?
- Não é estruturado
 - É pouco estruturado
 - Tem uma estrutura regular
 - É bem estruturado
 - Tem uma estrutura ótima
- 39 - Você conhece outro programa de assistência estudantil municipal?
- Sim
 - Não
- 40 - Quais suas críticas e sugestões em relação ao Programa de Apoio aos Estudantes?
- _____